



# Parlamento dos JOVENS

## BÁSICO

ESCOLA: EB2,3 DE FREI BARTOLOMEU DOS MÁRTIRES

Círculo: Viana do Castelo

### Projecto de Recomendação

#### **Exposição de Motivos:**

A iniciativa “Parlamento dos Jovens” tomou, ao longo deste ano, um lugar decisivo na nossa formação, permitindo-nos explorar, sob novas perspectivas, questões que pensávamos já se terem esgotado. Possibilitou-nos abandonar o papel de meros espectadores do processo gradual de decadência ambiental e ecológica do nosso planeta, colocando-nos numa posição, com novos e largos horizontes: o papel de interveniente activo, como “deputados” e legisladores. Ainda que esse papel não seja de todo real, ou efectivo, fez-nos perceber que, por não o ocuparmos, não devemos deixar que nos sejam indiferentes questões importantes, como a problemática da dependência de combustíveis fósseis e as suas consequências no sistema ecológico do nosso planeta.

O princípio da soberania popular, presente na nossa constituição, torna os cidadãos detentores do poder. Contudo, por questões práticas e operativas optamos por delegar esse poder, através do acto eleitoral, noutros que consideramos competentes, para o exercerem por nós. Tal não impede, contudo, que usemos o mais importante de todos os poderes, o da reflexão e criação de uma opinião própria, elaborada segundo o nosso espírito crítico que nos permite a defesa do nosso ponto de vista entre os outros, esperando que, através da partilha e da concertação se alcance uma solução ou ideia enriquecida e aperfeiçoada pelo contributo de cada um. Foi esse o principal desafio que esta iniciativa nos colocou e que tentámos superar, apesar de reconhecermos que, qualquer das medidas propostas pode ser trabalhada e aperfeiçoada, no decurso do debate, no sentido de beneficiar a sociedade e o meio envolvente.

As nossas medidas tem como principal objectivo a instigação de hábitos ecológicos, relativos à gestão energética. No nosso país esta questão assume uma grande importância, não só a nível ambiental como económico, por esse motivo tentamos que as medidas propostas tragam benefícios para ambos os sectores.

Acreditamos que só através da informação podemos alterar estes comportamentos que tanto prejudicam o nosso planeta e todos os que nele vivem, e justificamos assim a nossa proposta de criação de um programa nacional de informação e sensibilização da população no sentido de uma melhor e mais eficaz gestão energética a nível das residências e locais de trabalho de cada um. Este programa tomaria forma no suporte informático e audiovisual, de forma informar um grande número de pessoas com um menor consumo de derivados de celulose e diminuindo também as emissões de CO2. Embora a população em idade escolar seja de extrema importância neste processo, pois constituirá uma nova geração de cidadãos, mais consciente a nível ambiental, seria também dirigida a campanha a toda a população em idade activa pois é esta que tem maior capacidade de acção imediata, factor a considerar numa situação que se degrada a cada minuto.

**Viana do Castelo, 17 de Janeiro de 2008**



# Parlamento dos JOVENS

## BÁSICO

E se a informação permite conhecer as possibilidades e soluções disponíveis para melhorar a gestão energética da sua residência ou da sua empresa, no entanto as menos agressivas para o ambiente implicam um investimento elevado. Este embora compensatório a longo prazo, está sem dúvida acima do que a maioria portuguesa pode despendar nas circunstâncias actuais.

O Orçamento de Estado para 2008 estabelece como “dedutíveis à colecta 30% das importâncias despendidas com a aquisição de equipamentos novos para utilização de energias renováveis” e, pela primeira vez, permite a acumulação desta dedução com a do empréstimo à habitação. Todavia parece-nos ainda possível incrementar a discriminação positiva aos cidadãos que investem num futuro mais “limpo”.

Assim propomos o aumento efectivo dos benefícios fiscais relativos à aquisição e instalação de dispositivos de captação/produção de energias “limpas” e renováveis e a descida da taxa de IVA sobre os equipamentos de 12% para 5%.

Propomos também a distinção entre a percentagem dedutível dos custos de aquisição e instalação destes equipamentos e dos “equipamentos para a produção de energia eléctrica e ou térmica (co-geração) por microturbinas, com potência até 100 kW, que consumam gás natural” cuja situação ao nível dos benefícios fiscais é idêntica, apesar de os segundos implicarem emissões de CO<sub>2</sub>.

Todas estas medidas culminariam na criação de um novo programa para a gestão energética de Portugal, que tivesse como principal objectivo a gradual transição para um estado de total independência energética, suportado nas energias renováveis. Essa independência significaria a extinção das importações de energia e combustíveis, e a capacidade de subsistência em caso de esgotamento dos combustíveis fósseis ou corte de relações comerciais com os países exportadores dos mesmos. Proporcionar-se ia um estado de independência não só energética, mas também económica e política, visto que a indústria petrolífera e energética é um dos principais objectos de interesse no mundo actual. Esse interesse advém do previsível esgotamento das reservas de petróleo num futuro próximo, que instigará ainda mais a sua inflação, num mundo completamente dependente dessa substância. Tal dependência, para além de ser uma das principais causas do actual estado do meio ambiente, é também responsável por muitos conflitos a nível mundial, encoberta pelos interesses políticos e religiosos.

Não é esse o destino que pretendemos para o nosso país ou planeta, nem o mundo que desejamos para os nossos descendentes. Acreditamos verdadeiramente que estas medidas podem contribuir para nos desviarmos desse fim do qual tão perigosamente nos aproximamos, vemos no trabalho até agora realizado uma experiência de incalculável valor nesse sentido, e esperamos que no decorrer do debate surjam ideias e soluções que possam ajudar-nos a construir um novo mundo em que todos como sociedade consciente procuremos melhorar e respeitar a os nossos semelhantes e o meio ambiente.

**Medidas propostas:**



# Parlamento dos JOVENS

## BÁSICO

1. Criação de um programa com vista à independência energética do País e à redução das emissões de CO<sub>2</sub> e gastos com a importação de energia e combustíveis, no qual constariam a utilização e aplicação de dispositivos de captação/produção de energias limpas e renováveis, em estruturas e edifícios públicos, bem como a criação de investimentos para a implantação de grandes centros de captação/produção de energias ecológicas e adequação das mesmas ao local de implantação. Decorreria deste programa, o reajustamento e revisão do Programa Nacional para as Alterações Climáticas.
2. Criação de um programa de sensibilização e consciencialização da população portuguesa no sentido de um país com comportamentos mais ecológicos (este devia ter como base a população jovem mas não limitar-se a esta dirigindo-se também a toda a população activa).
3. Aumento dos benefícios fiscais já existentes, quer para empresas quer para particulares no IRC, IRS e a redução do IVA na aquisição e instalação de dispositivos de captação/produção de energias renováveis e limpas. Destas alterações deve advir um reforçar da discriminação positiva sobre os cidadãos com boas práticas ambientais.